O SERVIÇO DE PROTEÇÃO SOCIAL A ADOLESCENTES EM CUMPRIMENTO DE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA EM MEIO ABERTO COMO INSTRUMENTO DE EFETIVAÇÃO TARDIA DE DIREITOS: ENTRE O ECA E A DESPROTEÇÃO ESTATAL

THE SOCIAL PROTECTION SERVICE FOR ADOLESCENTS SERVING SOCIO-EDUCATIONAL MEASURES IN OPEN CUSTODY AS A TOOL FOR THE DELAYED ENFORCEMENT OF RIGHTS: BETWEEN THE CHILD AND ADOLESCENT STATUTE (ECA) AND STATE NEGLECT)

Samuel Brulezi Furlanetto[1]

Munique do Nascimento[2]

Thayara Heitich Pedro[3]

RESUMO

Este artigo analisa a efetivação tardia dos direitos, preconizados pelo ECA, de adolescentes do Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa em Meio Aberto. Partindo de uma abordagem crítica à idealização dos direitos humanos, busca-se compreender contradições e entraves da efetivação da política de atendimento a (esses) adolescentes (em cumprimento de MSE em meio aberto), imerso pelas relações inerentes ao capitalismo e uma visão estritamente liberal; apresentar o princípio da proteção integral; problematizar as contradições entre a promessa formal dos direitos humanos e a realidade da exclusão social, à luz de uma perspectiva crítica, considerando os impactos estruturais do capitalismo na efetivação dos direitos; analisar a desproteção social no Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa em Meio Aberto a partir da elaboração do Plano Individual de Atendimento (PIA), discutindo os limites institucionais e a fragilidade do Estado na garantia de direitos. A metodologia combina análise documental por meio da legislação e bibliográfica através da literatura acadêmica, com dados qualitativos. Os resultados preliminares apontam que a

[1] Especialista em Prática Jurídica pela Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC), com bolsa PROSUC/CAPES modalidade II. E-mail samuelfurlanetto@hotmail.com.

[2] Psicóloga pela Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC), com bolsa PROSUC/CAPES modalidade II. email munypsi@gmail.com.

[3] Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico (PPGDS) pela Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC). email: thayarahp@gmail.com.

efetivação dos direitos da criança e do adolescente exige uma articulação contínua entre marco legal, políticas públicas intersetoriais e compreensão crítica das desigualdades sociais.

Palavras-chave: desproteção estatal; direitos humanos; medida socioeducativa em meio aberto; proteção integral.

ABSTRACT

This article analyzes the delayed enforcement of the rights guaranteed by the Child and Adolescent Statute (ECA) for adolescents through the Social Protection Service for Adolescents under Socio-Educational Measures in an Open Setting. Based on the theoretical framework of Integral Protection, the study examines the formal promises regarding the guarantee of children's and adolescents' rights. These promises are confronted with a critical approach to the idealization of human rights, seeking to understand the contradictions and obstacles in the implementation of policies aimed at adolescents serving socio-educational measures in an open setting, within the political, economic, and cultural relations inherent to capitalism and a strictly liberal perspective. The contradictions between the formal promise of human rights and the reality of social exclusion are problematized, considering the structural impacts of capitalism on the realization of rights. From this standpoint, the research investigates the social unprotection of adolescents during their insertion into the Social Protection Service for Adolescents under Socio-Educational Measures in an Open Setting, particularly through the development of the Individual Care Plan (PIA), discussing institutional limits and the fragility of the State in guaranteeing rights. The methodology combines documental analysis of legislation and bibliographic review of academic literature, along with qualitative data. Preliminary results indicate that the realization of children's and adolescents' rights requires continuous articulation between the legal framework, intersectoral public policies, and a critical understanding of social inequalities.

Keywords: full protection, human rights; lack of state protection; socio-educational measure in an open environment.

1 INTRODUÇÃO

O presente estudo tem como tema o Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa em Meio Aberto como instrumento de efetivação tardia de direitos, ante a desproteção estatal.

O objetivo geral da pesquisa consiste em analisar o Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa em Meio Aberto como instrumento de efetivação tardia de direitos de adolescentes em conflito com a lei, discutindo os limites entre a previsão legal de proteção integral e a persistente desproteção social no contexto de um Estado permeado por contradições capitalistas.

Busca-se, a partir do desenvolvimento do trabalho, alcançar os seguintes objetivos específicos: Apresentar o princípio da proteção integral; problematizar as contradições entre a promessa formal dos direitos humanos e a realidade da exclusão social, à luz de uma perspectiva crítica, considerando os impactos estruturais do capitalismo na efetivação dos direitos; analisar a desproteção social no Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa em Meio Aberto a partir da elaboração do Plano Individual de Atendimento (PIA), discutindo os limites institucionais e a fragilidade do Estado na garantia de direitos.

Para guiar essa proposta, estabelece-se o seguinte problema de pesquisa: como o Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa em Meio Aberto, enquanto política pública prevista no SUAS e fundamentada no ECA, pode ser compreendido como instrumento de efetivação de direitos em um cenário marcado pela desproteção estatal?

Parte-se da hipótese de que o Estado não garante a efetivação dos direitos dos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto, permanecendo as normas protecionistas como mera universalidade. Quando da elaboração do Plano Individual de Atendimento, a desproteção se revela, repercutindo a possibilidade, a pesar de todas as dificuldades, de intervenção pelo Estado, por meio da Assistência Social articulada com outros órgãos do Sistema de Garantia de Direitos.

A abordagem metodológica adotada neste artigo ancora-se na pesquisa qualitativa e utiliza o método dedutivo. Fundamenta-se em pesquisa documental por meio da legislação e bibliográfica através da literatura acadêmica.

A escolha pelo tema justifica-se pela urgência em desvelar o abismo entre a promessa legal do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e a realidade de

adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto, frequentemente relegados à desproteção estatal sob a lógica neoliberal.

Enquanto o ECA (1990) estabelece a proteção integral como paradigma, na prática, esses jovens – majoritariamente negros, periféricos e pobres (IPEA, 2023) – enfrentam políticas públicas fragmentadas, PIA descolados de suas necessidades reais e um Estado que, sob o capitalismo tardio, prioriza o controle em detrimento da emancipação.

Esta pesquisa visa contribuir com o debate crítico sobre direitos humanos, evidenciando como a desigualdade estrutural determina quem acessa – ou é excluído – da proteção social no Brasil.

2 O PRINCÍPIO DA PROTEÇÃO INTEGRAL

Ao abordar os direitos da criança e do adolescente, emerge como o marco basilar. Este princípio, conforme elucidado por Amin (2016, p. 64), "Estabelece primazia em favor das crianças e dos adolescentes em todas as esferas de interesse". Seja no campo judicial, extrajudicial, administrativo, social ou familiar, o interesse infantojuvenil deve preponderar".

O Princípio da Proteção Integral encontra-se previsto na Constituição Federal, especificamente no artigo 227, que estabelece ser responsabilidade da família, da sociedade e do Estado garantir, com absoluta prioridade, os direitos fundamentais da criança, do adolescente e do jovem. Entre esses direitos estão a vida, a saúde, a alimentação, a educação, o lazer, a profissionalização, a cultura, a dignidade, o respeito, a liberdade e a convivência familiar e comunitária, devendo ainda assegurar sua proteção contra qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade ou opressão (Brasil, 1988, art. 227).

No plano infraconstitucional, o artigo 3º do Estatuto da Criança e do Adolescente reafirma que crianças e adolescentes são sujeitos de direitos e devem usufruir de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana. Esse dispositivo assegura, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e condições necessárias para promover seu desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e

social, garantindo que isso ocorra em um contexto de liberdade e dignidade (Brasil, 1990, art. 3º).

Conforme a didática explicação de Lima (2001, p. 79), o Princípio da Proteção Integral estrutura-se em um tripé fundamental:

> a) o valor intrínseco da criança e do adolescente como pessoas humanas em desenvolvimento, b) o valor prospectivo da criança e do adolescente, o que os toma portadores da continuidade do seu povo e da espécie humana, c) a vulnerabilidade especial a que crianças e adolescentes em geral estão expostos na vida social. Do ponto de vista prático, "Proteção Integral" significa que devemos garantir em favor de crianças e adolescentes em geral o gozo ou pleno exercício dos Direitos Fundamentais comuns a toda pessoa humana, dos seus Direitos especiais, bem como o mais adequado atendimento às suas Necessidades Básicas, de modo que lhe sejam asseguradas, em todos os contextos e situações sociais, as melhores condições para o seu desenvolvimento integral (físico, mental, moral, espiritual e social), em condições de liberdade e dignidade.

A partir disso, o Princípio da Proteção Integral desdobra-se, no ECA, em uma série de direitos fundamentais (Título II) que devem ser assegurados pela família, sociedade e Estado. Podemos exemplificar o direito à vida e à saúde (Capítulo I), à liberdade, ao respeito e à dignidade (Capítulo II), à convivência familiar e comunitária (Capítulo III), à educação, à cultura, ao esporte e ao lazer (Capítulo IV), e à profissionalização e à proteção no trabalho (Capítulo V).

Considerando a peculiar condição de crianças e adolescentes em sua fase de desenvolvimento humano, os direitos fundamentais, baseados no tripé mencionado, tornam-se cruciais. É por meio de sua garantia que se pode assegurar um desenvolvimento pleno e adequado.

A efetivação de tais direitos, tanto pelo Estado como pela sociedade civil, ocorre por meio da política de atendimento, que se desenvolve por um “conjunto articulado de ações governamentais e não-governamentais, da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios (Brasil, 1990, art. 86)”.

Pinheiro da Silva e Auad (2021, p. 12) destacam que o princípio constitucional da prioridade absoluta influencia diretamente a formulação das políticas voltadas à criança e ao adolescente, refletindo também no ciclo orçamentário que sustenta as ações nessa área. Nesse sentido, o art. 4º do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990), ao concretizar o conceito constitucional de proteção

integral com prioridade absoluta, assegura a preferência na criação e execução de políticas sociais públicas, bem como a alocação prioritária de recursos orçamentários destinados à proteção da infância e juventude.

Assim, o Princípio da Proteção Integral constitui o alicerce normativo e ético da doutrina contemporânea dos direitos da criança e do adolescente no Brasil, assegurando-lhes não apenas a titularidade plena de direitos fundamentais, mas também prioridade absoluta em todas as esferas de atuação estatal e social.

Ancorado na Constituição Federal e densificado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, esse princípio fundamenta a construção de políticas públicas intersetoriais que visem à promoção do desenvolvimento integral infantojuvenil, considerando sua condição peculiar de pessoa em desenvolvimento e sua especial vulnerabilidade.

A efetivação desses direitos requer, portanto, o comprometimento contínuo e articulado da família, da sociedade e do Estado, com destaque para a alocação prioritária de recursos e a implementação de ações que garantam condições reais de liberdade, dignidade e proteção a crianças e adolescentes em todos os contextos.

De acordo com Meirelles e Faria (2014, p. 69), a efetivação do Estatuto da Criança e do Adolescente requer que a sociedade civil preserve sua autonomia e mantenha-se mobilizada para participar ativamente na implementação da política de atendimento à criança e ao adolescente. Ao Estado, por sua vez, compete adotar ações adequadas e efetivas para assegurar o cumprimento das diretrizes e exigências estabelecidas pela política de garantia dos direitos previstos no ECA.

Para articulação de tais agentes, segundo , em 2006 o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) instituiu, por meio da Resolução nº 113, o Sistema de Garantia de Direitos (SGD) (Brasil, 2006), inserido no ordenamento jurídico por meio da lei nº 13.431/2017 (Brasil, 2017).

Segundo Margente (2019, p.98), a iniciativa surgiu diante das grandes desigualdades na aplicação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e de outras normativas, sejam constitucionais, estaduais ou municipais. O SGD buscou, assim, promover a integração e a articulação em âmbito nacional, de modo a assegurar maior coordenação na implementação das normas já existentes e das que

viessem a ser elaboradas posteriormente, tendo como finalidade central a garantia dos direitos de crianças e adolescentes, conforme previsto nos três primeiros artigos da referida resolução.

3 DA CRÍTICA À ABSTRAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS

Como visto no capítulo anterior, tem-se um arcabouço normativo, a partir da Proteção Integral, para lidar com a prestação de serviços voltados às crianças e adolescentes, por meio da política de atendimento, organizado dentro de um sistema de garantia de direitos.

Todavia, é preciso ter em vista que a existência de normas jurídicas não é suficiente, por si só, para garantia de efetivação. Fatores políticos, econômicos, culturais, as lutas sociais tensionam a eficácia normativa.

Nesse sentido, o marco da teoria crítica de direitos humanos é fundamental para real compreensão dos direitos humanos, além da norma pura e abstrata.

De acordo com as reflexões de Flores (2009, p. 58), o direito, por meio de suas normas, define os caminhos que podem tanto possibilitar quanto restringir o acesso aos bens necessários para a luta plural e diferenciada pela dignidade. Por isso, torna-se essencial elaborar concepções e práticas que atuem nos âmbitos político, econômico, cultural e também jurídico, com o objetivo de transformar os contextos que limitam a satisfação das necessidades humanas, promovendo, assim, um acesso mais amplo e equitativo aos bens sociais. Essa postura rompe com a ideia de que os direitos, uma vez reconhecidos em determinado momento, permanecem eternos e imutáveis, o que inviabilizaria sua adaptação às novas demandas e lutas sociais voltadas à transformação das estruturas políticas e econômicas dominantes.

O autor, ao aprofundar sua crítica à idealização dos direitos humanos, aponta que estes não podem ser dissociados da dimensão política. Considerar os direitos como algo anterior à ação social implica assumir uma separação total entre “ideais” e “fatos”. Nessa lógica, os ideais ou essências – no sentido platônico – pertenceriam a um mundo transcendente, desvinculado das realidades concretas e da convivência em contextos específicos. Os fatos, por sua vez, seriam entendidos

como elementos que compõem a objetividade social, representando obstáculos concretos que dificultam a aplicação prática desses ideais abstratos. Assim, quando vistos apenas como “ideais”, os direitos humanos assumem a aparência de instâncias neutras e anteriores ao político, funcionando como esferas apartadas da complexidade da vida, com seus conflitos, consensos e incertezas (Flores, 2009, p. 73).

Joaquin Herrera Flores elabora, dessa forma, uma concepção material dos direitos humanos, fazendo a devida conexão entre o jurídico e demais elementos essenciais para acesso aos bens que conformam a dignidade.

Nesse sentido, diante das abstrações que, em grande medida, servem para legitimar a ordem de dominação vigente, propomos a construção de uma teoria que rejeite as idealizações e a visão única das relações sociais e dos direitos. Defendemos, ao contrário, uma perspectiva materialista da realidade, capaz de compreender o mundo como ele é: marcado por desigualdades, diferenças, contradições, hibridismos e contextos múltiplos que não podem ser encobertos por qualquer “véu de ignorância”. Para nós, apenas aquilo que é impuro — isto é, atravessado pelas condições concretas de sua existência — pode constituir objeto legítimo de conhecimento (Flores, 2009, p. 80).

Tendo em vista os ensinamentos de Joaquin Herrera Flores, pode-se compreender facilmente, a partir de uma teoria crítica dos direitos humanos, as contradições e os entraves da efetivação da política de atendimento a crianças e adolescentes, substancialmente imerso pelas relações inerentes ao capitalismo e uma visão estritamente liberal.

No mesmo sentido, Rubio (2014, pp. 95-96) afirma que os direitos humanos não devem ser reduzidos a uma dimensão meramente abstrata e teórica. A luta por esses direitos não se limita a representar a vitória da razão sobre a força, como ocorreu historicamente com os direitos individuais de base burguesa, mas exige sua vinculação à prática da justiça em favor dos mais vulneráveis e oprimidos. Essa perspectiva, contudo, deve ser entendida como um esforço para não perpetuar a condição de fragilidade dessas pessoas, mas sim para construir, a partir de uma práxis transformadora, caminhos que superem as realidades que negam seus direitos.

Segundo Boschetti (2018, p. 106), o Estado social capitalista atua como mediador responsável por assegurar o sistema jurídico e legal que sustenta a proteção social. Contudo, sua consolidação como Estado de Direito depende tanto de condições materiais ligadas à reprodução das relações capitalistas quanto de fatores políticos relacionados à luta de classes, isto é, à mobilização e pressão exercida pela classe trabalhadora. Nessa perspectiva, a proteção social não se limita a oferecer segurança material, mas também integra o indivíduo à ordem do direito burguês. O acesso a benefícios e serviços não decorre de práticas clientelistas ou de tutela, mas do pertencimento a uma ordem jurídica de caráter universalista, vinculada ao direito do trabalho. Foi principalmente por meio da expansão do assalariamento que se desenvolveu e se consolidou o modelo de proteção pautado na lógica do seguro social. Entretanto, é a própria crise do capital que coloca em risco a chamada "sociedade salarial" e fragiliza as proteções associadas ao trabalho, tanto nos países centrais do capitalismo, quanto naqueles da periferia, onde tal sociedade salarial e um Estado social robusto nunca chegaram a se consolidar.

Nesse aspecto, Hilário e Souza (2024) focam a problemática da universalização para os direitos humanos da criança e adolescente:

> No século XXI, os direitos de crianças e adolescentes no Brasil precisam superar a tradicional concepção universalista para o qual foram concebidos. Embora, o reconhecimento universal dos direitos humanos de crianças e adolescentes tenha sido fundamental para a estruturação básica do sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente, torna-se indispensável a consideração sobre as dimensões de diversidade e os marcadores sociais que incidem sobre a infância e adolescência.

Como visto, a universalização dos direitos, embora se apresente como promessa de inclusão e igualdade, inscreve o indivíduo dentro da lógica do direito burguês e das estruturas de reprodução do capital. Nesse contexto, a proteção social e a própria efetivação dos direitos humanos revelam-se tensionadas por interesses econômicos, políticos e ideológicos que limitam sua materialização concreta. Por isso, torna-se indispensável pensar os direitos humanos não apenas como ideais abstratos ou normas universais, mas como práticas enraizadas nas lutas sociais e nas condições históricas de cada território. Somente ao assumir a materialidade das

contradições — desigualdades, exclusões e disputas — é possível compreender a dimensão crítica dos direitos humanos e resgatar neles sua potência transformadora, voltada não para a legitimação da ordem vigente, mas para a construção de alternativas emancipatórias.

4 DO SERVIÇO DE PROTEÇÃO SOCIAL A ADOLESCENTES EM CUMPRIMENTO DE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA EM MEIO ABERTO ANTE A DESPROTEÇÃO ESTATAL:

A garantia dos direitos fundamentais deve ser compreendida como eixo estruturante de toda a política voltada à infância e adolescência, independentemente do contexto em que a criança ou o adolescente esteja inserido.

Meneses (2008, p. 60) insere a discussão no contexto das medidas socioeducativas, ressaltando que a doutrina da proteção integral passou a reconhecer crianças (até 12 anos incompletos) e adolescentes (de 12 a 18 anos) como cidadãos e sujeitos de direitos. Essa concepção separou a questão social da infração penal, extinguindo definitivamente a possibilidade de aplicação da doutrina penal do menor ou da doutrina da situação irregular. No âmbito do sistema de garantias, estabeleceu-se que a responsabilização do adolescente infrator exige intervenção judicial, garantindo-lhe direitos processuais que assegurem, quando necessário, a aplicação justa de medidas socioeducativas, enquanto a prática infracional cometida por crianças passou a ser de competência do Conselho Tutelar, que aplica medidas de proteção.

Isso implica reconhecer que os direitos assegurados às crianças e adolescentes não se esvaziam diante da prática de ato infracional, entendido no âmbito do ECA como “[...] a conduta descrita como crime ou contravenção penal” (Brasil, 1990, art. 103), salientando que as crianças se submetem às medidas de proteção (Brasil, 1990, art. 105), e os adolescentes às medidas socioeducativas.

A execução das medidas atribuídas a adolescentes, propriamente, está subscrita juridicamente através do sistema socioeducativo - Sinase, instituído pela Lei 12.594/2012, que, conforme artigo 3º, tem por objetivos (Brasil, 2012):

> I - a responsabilização do adolescente quanto às consequências lesivas do ato infracional, sempre que possível incentivando a sua reparação;
> II - a integração social do adolescente e a garantia de seus direitos individuais e sociais, por meio do cumprimento de seu plano individual de atendimento; e
> III - a desaprovação da conduta infracional, efetivando as disposições da sentença como parâmetro máximo de privação de liberdade ou restrição de direitos, observados os limites previstos em lei.

Conforme Moraes e Ramos (p. 1169, 2016), a Lei nº 12.594/2012 "[...] inovou ao prever um capítulo próprio referente aos procedimentos de execução das medidas socioeducativas, trazendo a desejada uniformização normativa dos trâmites dos feitos nesta fase".

No que compete às medidas socioeducativas em meio aberto, objeto desta pesquisa, há um atrelamento ao Sistema Único de Assistência Social - SUAS, através do Serviço de Proteção Social à Adolescentes em Cumprimento de Medidas Socioeducativas de Liberdade Assistida e Prestação de Serviços à Comunidade, a ser ofertado pelo Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS, conforme previsão da Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (Brasil, 2009, p. 36).

A Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto tem como objetivo (Brasil, 2009, p. 34) prover atenção socioassistencial e acompanhamento a adolescentes e jovens submetidos a medidas socioeducativas em meio aberto, determinadas judicialmente. Esse serviço deve favorecer o acesso a direitos e a resignificação de valores na vida pessoal e social dos adolescentes e jovens, observando a responsabilização pelo ato infracional praticado e garantindo que direitos e obrigações sejam respeitados conforme legislações e normativas específicas para o cumprimento da medida.

O Serviço de Proteção Social à Adolescentes em Cumprimento de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto tem como finalidade (Brasil, 2009, p. 34):

> [...] prover atenção socioassistencial e acompanhamento a adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto, determinadas judicialmente. Deve contribuir para o acesso a direitos e para a resignificação de valores na vida pessoal e social dos adolescentes e jovens. Para a oferta do serviço faz-se necessário a observância da responsabilização face ao ato infracional praticado, cujos direitos e

> obrigações devem ser assegurados de acordo com as legislações e normativas específicas para o cumprimento da medida.

A formalização do acompanhamento se materializa através do Plano Individual de Atendimento - PIA, instrumento este de natureza obrigatória, que deverá conter, no mínimo, os resultados da avaliação interdisciplinar, os objetivos declarados pelo adolescente, a previsão de suas atividades de integração social e apoio à família e/ou capacitação profissional, as formas de participação da família para o efetivo cumprimento do plano individual e as medidas específicas de atenção à sua saúde (Brasil, 2012, art. 54).

É no momento da elaboração do Plano Individual de Atendimento que se escancara a desproteção estatal ao adolescente, onde inúmeros direitos, conforme visto na primeira parte deste trabalho, são negligenciados por omissão estatal, mantendo-se como mera norma abstrata sem efetivação (segunda parte deste trabalho).

Na conclusão de sua tese de doutorado, Oliveira (2022, p. 107/108) observa que um aspecto relevante discutido foi a especificidade na elaboração do plano individual de atendimento (PIA). Embora o próprio nome indique seu caráter individual, busca-se ampliar a reflexão sobre a responsabilização pelo ato infracional. Ao reconhecer que existem fatores que influenciam o envolvimento do adolescente ou jovem em atos infracionais, ressalta-se que ele não age isoladamente. Frequentemente, essas ações decorrem da falta de atuação do poder público, que deveria assegurar seus direitos sociais, incluindo acesso a uma educação de qualidade — que garanta tanto a matrícula quanto a permanência —, oportunidades de esporte, lazer, cultura e profissionalização, ou seja, todos os elementos necessários para que o adolescente ou jovem possa se tornar protagonista de sua própria história.

O Caderno de Orientações Técnicas do Serviço de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto (Brasil, 2016, p. 17) evidencia adequadamente o desafio entre a adolescência e os desafios materiais para garantia da proteção social:

> As circunstâncias da adolescência são agravadas quando se trata de pessoas em situação de vulnerabilidade e risco social. Assim, dependendo do contexto específico, as peculiaridades geracionais ganham maior dimensão frente aos desafios que as famílias enfrentam para garantir

> proteção social e construção de projetos de vida. A adolescência poderá se tornar uma fase mais difícil devido às desigualdades (de renda, raciais, de gênero, de orientação sexual, entre outras), à violência, à falta de acesso às políticas públicas e à falta de perspectiva de ingresso no mundo do trabalho. Tais fatores têm influência direta na autoestima e no reconhecimento social dos adolescentes.

O PIA, ao elencar objetivos e atividades de integração social, mostra que tais direitos básicos (educação, saúde, lazer, cultura, profissionalização) não são garantidos universalmente, mas passam a ser tematizados apenas quando o adolescente já se encontra em situação de responsabilização. Isso evidencia a lógica de seletividade: os direitos deixam de ser pré-condições de cidadania e passam a ser condicionados ao sistema socioeducativo, como se fossem concessões e não garantias.

Nesse aspecto, atribuir ao adolescente a culpa pela precariedade de seu território, ou transferir a ele a obrigação de construir, sozinho, condições adequadas para um futuro melhor, constitui uma forma reducionista de deslocar a responsabilidade que é pública e estatal para o indivíduo. Essa lógica resulta, na prática, na negação de sua condição de sujeito de direitos. Com frequência, há um descompasso entre as condições objetivas de vida do adolescente — marcadas pelo bairro e pelo território em que vive — e as exigências estabelecidas pela determinação judicial. Tal divergência tem sido destacada por profissionais que atuam no campo socioeducativo, ao denunciarem os limites concretos que impedem a plena realização do trabalho de proteção e responsabilização. Ignorar a realidade material do adolescente, considerando-o apenas de forma isolada e abstrata, faz com que a atuação dos agentes sociais se torne fragmentada e de difícil efetividade (Rizzini; Sposati; Oliveira, 2019, p. 55).

Isso mostra uma política de “compensação tardia”: não se garante o direito antes, mas se regula o sujeito depois, já dentro do sistema socioeducativo. Um dos principais desafios das medidas em meio aberto está em alinhar as determinações judiciais às condições concretas de vida do adolescente, especialmente quando se busca preservar o caráter protetivo que deve orientar a medida (Rizzini; Sposati; Oliveira, 2019, p. 61).

De acordo com Rubio (2014. p. 131), ainda que se reconheçam os aspectos positivos da democracia e dos direitos humanos formalmente instituídos, torna-se necessário ampliar e tornar mais complexas essas concepções, de modo a promover uma cidadania mais profunda, ativa e participativa, voltada à criação de espaços de reconhecimento capazes de favorecer a emancipação da humanidade.

5 CONCLUSÃO

O presente estudo evidencia que, embora o marco legal brasileiro, estruturado a partir da Constituição Federal e do Estatuto da Criança e do Adolescente ofereça uma base normativa para a proteção de crianças e adolescentes, a existência de normas por si só não garante sua efetivação.

A análise demonstra que a abstração dos direitos humanos, quando dissociada das condições concretas de vida e das desigualdades territoriais, políticas, econômicas e culturais, limita a materialização desses direitos, revelando tensões entre a norma e a realidade social.

No contexto das medidas socioeducativas em meio aberto, o Plano Individual de Atendimento (PIA) evidencia a lógica de “compensação tardia”: os direitos básicos, como educação, saúde, lazer e profissionalização, passam a ser, ou se busca, garantidos apenas quando o adolescente já se encontra inserido no sistema socioeducativo.

Tal abordagem reforça a seletividade e a condicionalidade dos direitos, deslocando do Estado a responsabilidade de assegurar as condições estruturais necessárias e atribuindo ao indivíduo a obrigação de superar a precariedade de seu território.

Portanto, conclui-se que a efetivação dos direitos da criança e do adolescente exige uma articulação contínua entre marco legal, políticas públicas intersetoriais e compreensão crítica das desigualdades sociais. Somente ao integrar normas jurídicas, contexto material e lutas sociais é possível transformar o reconhecimento abstrato de direitos em práticas concretas de proteção, responsabilização e promoção da dignidade infantojuvenil.

REFERÊNCIAS

BOSCHETTI, Ivanete. **Assistência social e trabalho no capitalismo**. São Paulo: Cortez Editora, 2018. *E-book.* p.109. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788524926563/. Acesso em: 23 jul. 2025.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário. **Caderno de Orientações Técnicas: Serviço de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto**. Secretaria Nacional de Assistência Social.Brasília, Distrito Federal: 2016.

BRASIL. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. **Resolução CONANDA nº 113, de 19 de abril de 2006.** Dispõe sobre os parâmetros para a institucionalização e fortalecimento do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente:. Disponível em: https://www.gov.br/mdh/pt-br/acesso-a-informacao/participacao-social/conselho-nacional-dos-direitos-da-crianca-e-do-adolescente-conanda/resolucoes/resolucao-no-113-de-19-04-06-parametros-do-sgd.pdf/view Acesso em: 11 ago. de 2025.

BRASIL. Conselho Nacional de Assistência Social. **Resolução CNAS nº 109, de 11 de novembro de 2009.** Tipificação dos Serviços Socioassistenciais. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/tipificacao.pdf Acesso em: 11 ago. de 2025.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Constituição Federal (1988). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm Acesso em: 10 Jul. 2025.

BRASIL. **Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília.Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 10 jul. 2025.

BRASIL. **Lei n. 8.742, de 07 de dezembro de 1993**. Dispõe sobre organização da Assistência Social e dá outras providências. Brasília. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8742.htm Acesso em: 10 jul. 2025.

BRASIL. **Lei n. 12.594, de 18 de janeiro de 2012**. Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase) e regulamenta a execução das medidas destinadas a adolescente que pratique ato infracional. Brasília. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12594.htm. Acesso em: 10 ago. 2025.

BRASIL. **Lei n. 13.431, de 04 de abril de 2017**. Estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência e altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente). Brasília, Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13431.htm. Acesso em: 10 ago. 2025.

FLORES, Joaquín Herrera Flores. **A (re)invenção dos Direitos Humanos**; tradução de: Carlos Roberto Diego Garcia; Antônio Henrique Graciano Suxberger; Jefferson Aparecido Dias. – Florianópolis: Fundação Boiteux, 2009.

HILÁRIO, Pedro Henrique Cardoso; SOUZA, Ismael Francisco de Souza. **Infância, Gênero e Direitos Humanos: a (des)proteção das crianças trans nas políticas públicas brasileiras.** Editora Juruá, 2024.

IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada). **Atlas da Violência 2023: Desigualdades Raciais e Socioeconômicas.** Brasília: IPEA, 2023. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia. Acesso em: 17 ago. 2025.

LIMA, Miguel M. Alves, **O Direito da Criança e do Adolescente: fundamentos para uma abordagem principiológica.** Tese (Doutorado em Direito) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001.

MARGENTE, Matheus Vieira. **Limites do Sistema Nacional de Socioeducação e do Estatuto da Criança e do Adolescente: Algumas Reflexões a partir da Psicologia Histórico-Cultural.** Dissertação (Mestrado em Psicologia). Universidade Estadual de Maringá. 2019. São Paulo: Dash, 2014. p. 64-83.

MEIRELLES, Cristina Assumpção; FARIA Mara de Mello. **Articulação de redes na Justiça Restaurativa**. *in Justiça Restaurativa em Ação*. 1. ed. São Paulo: Dash, 2014. p. 64-83.

MORAES, Bianca Mota de; RAMOS Helane Vieira; **A prática de ato infracional**. *in Curso de Direito da Criança e do Adolescente*. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2016. p. 1075-1203.

MENESES, Elcio Resmini. **Medidas socioeducativas: uma reflexão jurídico-pedagógica.** Livraria do Advogado. Porto Alegre. 2008.

OLIVEIRA, Maria Cristina. **Proteção social e medidas socioeducativas em meio aberto: garantia de direitos ou punição?** Tese (Doutorado em Serviço Social), Pontifícia Universidade Católicsusttta de São Paulo - PUC SP, São Paulo, 2022.

PINHEIRO DA SILVA, Hendrick; AUAD, Denise. **A inconstitucionalidade da aplicação do art. 5º da EC n.º 109/21 para os fundos de direitos da criança e do adolescente.** Revista Eletrônica da PGE-RJ, [S. l.], v. 4, n. 2, 2021. DOI: 10.46818/pge.v4i2.239. Disponível em:

https://revistaeletrônica.pge.rj.gov.br/index.php/pge/article/view/239. Acesso em: 20 jul. 2025.

RIZZINI, AIrene; SPOSATI, Aldaíza; OLIVEIRA, Antônio Carlos de. **Adolescências, Direitos e Medidas Socioeducativas em Meio Aberto.** 2019. Ed. Cortês.São Paulo.

RUBIO, David Sánchez. **Encantos e Desencantos dos Direitos Humanos**: De emancipações, libertações e dominações. Livraria do Advogado. Porto Alegre. 2014.